

# SER Social

ISSN: 2178-8987

RESENHA

*REVIEW*

*RESEÑA*

V.28, N° 58  
janeiro a junho de 2026  
Brasilia DF

## A TRAJETÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DO(A) ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL NA RODOVIÁRIA NO SETOR COMERCIAL SUL DE BRASÍLIA



**Douglas Aparecido da Silva Gomes**

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8379-4796>

LEAL, Maria Lúcia (Org.). **A trajetória social da criança e do(a) adolescente em situação de exploração sexual na Rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília (2008/2009): relatório final.** Brasília: UnB, 2012, 212p.

A presente resenha crítica analisa e constrói reflexões sobre a pesquisa nacional desenvolvida acerca do tema da exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) na capital do Brasil. Esta produção se constitui como importante estudo sobre esse cenário, além de apresentar diversos obstáculos acerca do respeito à cidadania deste segmento.

O estudo intitulado *A Trajetória Social da Criança e do(a) Adolescente em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária no Setor Comercial Sul de Brasília* foi realizado entre os anos de 2008 e 2009, sendo organizado pela Prof. Dra. Maria Lúcia Pinto Leal, coordenadora do grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes (Violes).

A publicação é dividida em cinco pontos centrais: o prefácio; a introdução; o primeiro capítulo, contendo dois subeixos que se referem ao desenvolvimento e aplicação da pesquisa; o segundo capítulo, que apresenta a trajetória individual de 12 adolescentes e jovens que se encontravam em situação de exploração sexual; e uma conclusão.

O professor Dr. José Geraldo de Sousa Júnior assina o prefácio e tece importantes reflexões sobre a necessidade de compreender a pesquisa como uma forma de aprofundamento na análise acerca da política pública. Para o docente, a política deve ser elaborada, desenvolvida e implementada a partir da relação umbilical com os valores democráticos. Para isso, traz à tona que as políticas deveriam considerar crianças e adolescentes como sujeitos diretos de cidadania e não alvos passivos, portanto, meros recipientes, levando a oportuna questão: *podem as políticas públicas contribuir para emancipar a condição de direitos?* (Leal, 2012, p. 11)

Sobre esse ponto, o professor é incisivo e conclui que as políticas não conseguem assegurar tal ação emancipatória, muito menos de forma ativa, uma vez que exclui os usuários dos processos de elaboração, havendo a manutenção de um *continuum* da condição de objeto – por vezes tão vulneráveis que são colocados em lugares de abjeção – e não de sujeito.

A introdução aponta o viés da pesquisa, destinada a compreender “as situações historicamente vivenciadas pelos adolescentes no contexto da exploração sexual nas ruas de Brasília” (Leal, 2012, p. 16), sendo o objetivo “conhecer e analisar a trajetória social de 22 adolescentes em situação de exploração sexual nas ruas de Brasília” (Leal, 2012, p. 18).

Em seguida, apresenta as diretrizes do trabalho, que dialogam com a metodologia da Pesquisa-Ação e Intervenção Social (PAIS). Nesse sentido, a pesquisa foi desenvolvida a partir da:

[...] **participação** e a **centralidade** dos sujeitos no processo de construção da investigação; a mobilização e a articulação das redes sociais para qualificar o acesso dos adolescentes às Políticas Públicas; a construção do conhecimento sobre a ESCA, de forma a subsidiar o enfrentamento do fenômeno em Brasília; e o respeito à ética na pesquisa (Leal, 2012, p. 17-18, grifos do autor).

A partir desta perspectiva, o estudo se desenvolveu na seguinte forma:

Os adolescentes da pesquisa foram informados por meio de oficinas semanais, no VIOLES, sobre o projeto que iriam participar, a metodologia que iria ser utilizada, inclusive eles próprios participaram da construção das atividades e conteúdos da pesquisa. Assim, cada etapa da pesquisa foi discutida e aprovada pelos adolescentes, sujeitos da própria ação, viabilizando o processo de conscientização sobre a pesquisa, permitindo-lhes ter condições de assinar o TCLE (Leal, 2012, p. 54).

Para compreender a pesquisa-ação, Maria Lúcia Leal dialoga com a visão de Michel Thiollent, que conceitua essa pesquisa como “atividade social, política e ideológica. Exige a participação plena e total dos sujeitos oprimidos, explorados e violados em seus direitos. A meta da pesquisa-ação é a transformação radical da realidade social dos sujeitos nela envolvidos” (Thiollent, 1984, p. 84-85 *apud* Leal, 2012, p. 19).

O paradigma da intervenção-social foi concebido com base na categoria de mediação tratada por Marcelo Pontes (1995) a partir de uma leitura lukacsiana, sendo notada tanto em uma dimensão ontológica, ressaltando os elementos sócio-histórico e político presente na realidade objetiva.

Como provocação da ação metodológica, Leal sublinha a urgência de um “giro paradigmático”, ou seja, horizontalizar as relações entre os agentes da pesquisa e o público participante:

A perspectiva de provocar o “giro paradigmático” nas relações sócio-institucionais significa democratizar o discurso dos adolescentes. Isto é, fazer valer a participação destes sujeitos em todo o processo de fortalecimento dos seus direitos que estão constituídos, mas não construídos. (Leal, 2012, p. 20)

Acerca do subitem I do primeiro capítulo, destaca-se que a metodologia de pesquisa-intervenção visava superar barreiras à efetivação de direitos e cidadania, promovendo uma mudança de paradigma institucional. A proposta incentivou a participação ativa de adolescentes e jovens diretamente na rede de proteção social e na escolha e elaboração das oficinas em que estiveram inseridos, como arte-educação, hip hop, bicicleta, arte digital, inglês, inclusão e máscaras

No subitem II do mesmo capítulo, é descrita a dimensão metodológica do estudo, evidenciando o esforço para articular diferentes instrumentos e técnicas, entre eles a preocupação ética com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por parte dos participantes e as respectivas famílias, e a construção de uma linha do tempo, adotando-se o período de 1990 a 2009, com a história de vida do público participante:

[...] linha do tempo, tomou-se a história de cada adolescente desde o seu nascimento, no contexto da família, da rua e das instituições, desenhando os cenários das violações na infância (até 12 anos incompletos) e na adolescência/ juventude (até 20 anos) (Leal, 2012, p. 59)

O segundo capítulo apresenta de forma detalhada a trajetória de vida de cada um dos participantes selecionados. Assim, a pesquisa contou com um total de 24 adolescentes e jovens, superando o número esperado, mas destes, foram selecionados a história de 12 adolescentes e jovens nas quais se confirmaram as situações de exploração sexual.

As trajetórias apresentadas trazem dados preocupantes como:

As violações de direitos extraídas da análise da trajetória situacional dos adolescentes e jovens apontam para uma associação de *violações vivenciadas por eles, desde a infância, e que, de alguma forma, determinaram a ruptura/fragilização dos vínculos familiares e viabilizaram sua ida para a Rodoviária e SCS, ainda crianças.* (Leal, 2012, p. 189, grifo do autor)

A seguir, segue sucintamente algumas informações que abrem o olhar mais profundo sobre essa realidade:

- Contundentes relatos acerca das diversas violências intrafamiliar – inclusive a nível sexual – a qual foram submetidos no próprio domicílio;
- a descrição de contextos familiares com relações fragilizadas e/ou totalmente fragmentadas, sendo essa uma das justificativas apresentadas da necessidade de saída do domicílio para a permanência direta na rua;
- a figura materna aparece como o principal vínculo afetivo, em geral inseridas em trabalhos informais e precários;
- a existência, ainda na infância, do trabalho infantil como forma de auxiliar no sustento familiar associado ao regime de exploração sexual;
- prática da ESCA no espaço da rua, sendo essa justificada como forma necessária de autossustento;
- com relação a rede de exploração sexual, foi descrito que ocorriam de duas maneiras:
  - a) com intermediário, sendo relatadas redes organizadas de instituições, empresas e pessoas físicas que influenciam, facilitam e lucram com esse tipo de exploração;
  - b) sem intermediário, onde o próprio adolescente estabelece a negociação com o cliente.
- consumo de drogas lícitas (cigarro) e ilícitas (cocaína, crack), assim como o uso de solventes ou inalantes (*thinner*);
- relato da violência sexual anterior a exploração;
- a prática de atos infracionais para além do tráfico de drogas, incluindo vinculação com as medidas socioeducativas de privação de liberdade;

A partir da sistematização das histórias individuais nota-se que essas tramas de vulnerabilizações se acumulam desde a infância desses sujeitos, revelando o colapso progressivo nos vínculos familiares e, ao mesmo tempo, expuseram a inatividade ou baixa incidência das políticas públicas de proteção

O estudo se destaca por adotar uma metodologia qualitativa inovadora, que aproxima pesquisadores e pesquisados e revela que as violências vivenciadas não são eventos isolados, mas estruturais, ligadas à lógica capitalista e neoliberal, evidenciando o impacto sistêmico das desigualdades sobre esse segmento.

O estudo conclui que as violências vividas provocam rupturas nos processos de proteção, reconfiguram subjetividades e expõem mecanismos sociais de silenciamento e exploração. Diante disso, defende-se que as políticas públicas enfrentem essa realidade de forma intersetorial, garantindo a participação ativa dos sujeitos, rompendo com lógicas de assujeitamento que, historicamente, marcam o contexto da ESCA e não devem se repetir na ação estatal.

A pesquisa gerou impactos que transcenderam o meio acadêmico, sendo divulgada em audiências públicas na Câmara Legislativa do DF, em congressos e encontros nacionais, além de ser referência em programas como o ViraVida. Sua relevância também alcançou o campo artístico, com a criação de uma peça teatral dirigida pelo Prof. Dr. Fernando Villar, ampliando o alcance social e político de seus resultados.

Destes estudos de caso, elegemos quatro e os submetemos à análise de um grupo de expertises, que avaliaram a clareza da exposição, o método e a forma. Esta avaliação possibilitou identificá-los como emblemáticos. Ao final da pesquisa, estes quatro casos emblemáticos foram apresentados à sociedade por meio de uma peça de teatro chamada "*Trajetória X*" (Leal, 2012, p. 58).

O trabalho foi indicado ao prêmio Melhores Práticas realizado pela SDH/PR no ano de 2011, pela alta relevância político-social, além do Prêmio Neide Castanha de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, concedido a Maria Lúcia Pinto Leal no ano de 2015, na categoria cidadania.

Trata-se, portanto, de uma produção de notável relevância para os campos da infância, adolescência, juventude e direitos humanos, na medida em que escancara realidades historicamente invisibilizadas e evidencia os atravessamentos estruturais das violências e iniquidades vividas por sujeitos vulnerabilizados.

Ao articular trajetórias de vida com leitura crítica das políticas públicas e dos dispositivos de proteção e responsabilização, a pesquisa não apenas documenta, mas tensiona, provoca e propõe novos olhares e práticas. Seu impacto reside na potência de deslocar leituras moralizantes ou simplistas e convocar a sociedade, o Estado e os profissionais a assumirem uma postura ética, propositiva, política e transformadora diante das múltiplas violações narradas. É, assim, uma contribuição urgente e indispensável para o enfrentamento das desigualdades no contexto brasileiro.